PARECER CONCLUSIVO

PROC. Nº4.346/2015
INTERESSADO: Hospital Augusto de Oliveira Camargo – Fundação Leonor de Barros Camargo.
FINALIDADE DA ESTATUTÁRIA: Integrar o Hospital SUS- Inserção na rede regionalizada hierarquizada, visando garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região na qual o hospital está inserido.
ENDEREÇO: Av. Francisco de Paula Leite, 399 – Santa Cruz **CEP:** 13.344-700
MUNICÍPIO: Indaiatuba - SP
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019
DESTINO DO RECURSO: Custeio
FONTE DOS RECURSOS: Municipal.
LEI AUTORIZADORA: Convênio 422/2016

Data	**17/01/2019**	**18/01/2019**	**31/01/2019**	**05/02/2019**	**15/02/2019**	**28/02/2019**
Valor R$	2.133.345,48	676.654,09	1.488.351,47	2.133.345,49	702.031.,69	528.624,26
Data	**28/02/2019**	**08/03/2019**	**01/04/2019**	**05/04/2019**	**05/04/2019**	**15/04/2019**
Valor R$	519.609,22	2.133.345,48	666.426,41	1.280.618,89	852.726,59	261.510,17
Data	**30/04/2019**					
Valor R$	290.402,24					

VALOR DO RECURSO RECEBIDO NO EXERCÍCIO:	R$ 13.666.991,48
SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO ANTERIOR:	R$ 6.054.458,03
VALOR PROVENIENTE DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS:	R$ 142.696,06
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS PELA ENTIDADE:	R$ 1.464.054,17
SUBTOTAL:	**R$ 21.338.199,74**
VALOR PRESTADO CONTAS:	**R$ 21.338.199,74**
SALDO DEVIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2.019:	**R$ 0,00**
VALOR DEVOLVIDO ATRAVÉS DE GUIA DE RECOLHIMENTO:	**R$ 0,00**

Após análise dos documentos apresentados pelo **Hospital Augusto de Oliveira Camargo – Fundação Leonor de Barros Camargo** e em cumprimento ao art. 370 das Instruções nº. 02/2008, n 06/2014 e 02/2016 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Auxílios, Subvenções e Contribuições), emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL** à mencionada Prestação de Contas de 2019 do convênio 422/2016 e atestamos ainda que;

1) O recebimento da prestação de contas ocorreu em **29/01/2020** e o beneficiário está ciente da aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade,
2) O regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;

3) O objeto dos recursos repassados foi para atender despesas de Manutenção (Atendimento Hospitalar e Ambulatorial) sendo alcançados os resultados e obtido a economicidade em relação ao previsto no plano de trabalho apresentado;
4) Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
5) Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos Controles Internos do beneficiário e do concessor;
6) Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, efetivamente comprovados;
7) Que as cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais apresentados pelo beneficiário onde constam o tipo de repasse obtido e o Órgão repassador a que se referem;
8) Os gastos foram executados dentro das normais gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores; e.
9) Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Indaiatuba, 29 de junho de 2020.

Fabricio Franzolini
Assessor Técnico Tático

Graziela D. B. Garcia
Secretária Municipal de Saúde